



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO, E RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GÓIAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202209000359132

VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA, devidamente qualificada nos autos do certame em epígrafe, doravante "Recorrente", vem tempestiva e mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro nas disposições do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe; no artigo 43, inciso V, artigo 45, e artigo 109, inciso I, alínea "b", todos da Lei n.º 8.666/93; nos incisos X, XI, e XV e XVI do artigo 4º da Lei n.º 10.520/02; e, ainda, no artigo 44 do Decreto n.º 10.024/19, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que consagrou a empresa **LDC TECNOLOGIA LTDA** arrematante do LOTE 22, valendo-se a doravante Recorrente das razões de fato e de direito delineadas a seguir.

I. DA POSSIBILIDADE DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO VERGASTADA

De proêmio, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/93, o ilustre Pregoeiro tem 05 (cinco) dias para reconsiderar a decisão vergastada. Se assim não o fizer, deve encaminhar o presente Recurso Administrativo à Autoridade Superior competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento.

VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 27.975.551/0001-27 TEL: (61) 3968-9919

Endereço: Setor SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, nº 100, Sala 1201, Parte B, Edifício Centro Empresarial VARIG, Asa Norte, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.714-900

E-mail: vanguarda@vanguardadf.com.br ou licitacao@vanguardadf.com.br



II. DO MÉRITO

1. Em apertada síntese, trata-se de procedimento licitatório instaurado pela **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GÓIAS**, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo/critério de julgamento “Menor Preço por Item”, tendo por objeto: “Registro de Preços para aquisição de equipamentos de informática, com a finalidade de atualizar e reaparelhar o parque computacional do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.”

2. Abertos os trabalhos, a doravante Recorrente apresentou toda a documentação pertinente tanto à sua proposta quanto à sua habilitação, necessária e apta a demonstrar sua aptidão para a participação no certame e com condições de o item 22.

3. Eis que, Vossa Senhoria, ilustre pregoeiro, procedeu para com a consagração do licitante **LDC TECNOLOGIA LTDA** como arrematante do item/lote 22, e está em vias de prosseguir com os procedimentos pertinentes à adjudicação do aludido licitante.

4. *Data maxima venia*, Ilustre Pregoeiro, nos moldes do consignado pela Recorrente nos registros de suas intenções de recurso, tal decisão não merece nada além do que pronto afastamento, na medida em que o Recorrido deixou de apresentar documentos que deveriam constar originariamente quando da apresentação de sua proposta e documentos de habilitação, descumprindo as exigências estabelecidas no Edital e na Lei 8.666/1993 – Lei Geral de Licitações.

5. Nobre pregoeiro, como muito bem verificado em fase de verificação dos documentos de habilitação a empresa deve ser inabilitada por não apresentar o mínimo dos atestados, vossa senhoria já havia destacado no chat que a empresa deixou de apresentar a sua comprovação documental, no entanto, vossa senhoria erroneamente abriu diligências dando a oportunidade de a licitante apresentar os documentos, vejamos:

VANGUARDIA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 27.975.551/0001-27 TEL: (61) 3968-9919

Endereço: Setor SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, nº 100, Sala 1201, Parte B, Edifício Centro Empresarial VARIG, Asa Norte, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.714-900

E-mail: vanguardia@vanguardadf.com.br ou licitacao@vanguardadf.com.br

Histórico da disputa do lote		
12/05/2023 16:25:46:419	PREGOEIRO	o qual transcrevo a seguir:
12/05/2023 16:26:05:873	PREGOEIRO	"De acordo com a análise da documentação, referente à proposta do item 22 da empresa LDC TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 48.378.321/0001-50, conforme evento nº 281 anexo aos autos, segue a manifestação técnica:
12/05/2023 16:26:18:228	PREGOEIRO	Em relação ao item 22, os atestados de capacidade técnica fornecidos são insuficientes para comprovar a capacitação técnica operacional da licitante, conforme estipulado na seção 10 do Edital (DOCUMENTOS EXIGIDOS JUNTO COM A HABILITAÇÃO):
12/05/2023 16:26:36:673	PREGOEIRO	A proponente, junto com os documentos de habilitação, deverá comprovar capacitação técnico-operacional através de um ou mais atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado
12/05/2023 16:26:53:161	PREGOEIRO	mencionando que forneceu, de forma satisfatória, produtos e serviços com características semelhantes às do objeto deste Edital. A exceção dessa condição de habilitação ocorre nos itens
12/05/2023 16:27:00:598	PREGOEIRO	01 - Microcomputador Core i5, 16 Gb de RAM, SSD 256 Gb com monitor de vídeo 23,8" e "03 - Notebook", em que os atestados de capacidade técnica deverão contemplar a quantidade de pelo menos 50%
12/05/2023 16:27:09:038	PREGOEIRO	(cinquenta por cento) dos respectivos quantitativos a serem licitados. Serão aceitos um único atestado ou o somatório de vários atestados a fim de atingir o requisito de 50%.
12/05/2023 16:27:15:342	PREGOEIRO	Tal habilitação se justifica em virtude do expressivo vulto financeiro envolvido nesses itens, bem como a
12/05/2023 16:27:22:950	PREGOEIRO	necessidade de minimizar os riscos oriundos da incapacidade de fornecimento por parte da empresa contratada.
12/05/2023 16:27:29:765	PREGOEIRO	O item 03 a qual se refere a seção 10, qual seja o objeto NOTEBOOK, faz referência também ao item 22 da licitação, objeto do presente parecer técnico.
12/05/2023 16:27:52:931	PREGOEIRO	O parcelamento do item 03 em dois itens do Edital (itens 03 e 22) se dá em vista da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a qual implantou
12/05/2023 16:27:54:788	PREGOEIRO	no ordenamento jurídico brasileiro o novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
12/05/2023 16:28:11:011	PREGOEIRO	Os atestados de capacidade técnica fornecidos pela empresa licitante comprovam o fornecimento de 102 (cento e duas) unidades de notebook, quantidade menor do que a exigida no Edital, correspondente a 50% (cinquenta por cento) de 375
12/05/2023 16:28:13:029	PREGOEIRO	(trezentos e setenta e cinco) unidades.
12/05/2023 16:28:18:023	PREGOEIRO	Desta forma, esta unidade técnica sugere o complemento da documentação que comprove a capacitação técnica operacional da licitante, sob risco de não atendimento aos requisitos do Edital
12/05/2023 16:28:27:666	PREGOEIRO	sto posto, é o parecer da unidade técnica vinculada ao Pregão Eletrônico TJGO nº 014/2023. Goiânia - GO, 12 de maio de 2023. Marcus Vinícius Gonzaga Ferreira DSSTI Valdemar Ribeiro da Silva Júnior Diretor DSSTI"
12/05/2023 16:30:34:478	PREGOEIRO	Considerando os termos do parecer técnico,
12/05/2023 16:31:39:016	LDC TECNOLOGIA LTDA	Prezados, boa tarde, iremos providenciar.
12/05/2023 16:39:54:841	PREGOEIRO	Observando o item 28.1 do Edital de regência e, atendendo aos princípios da razoabilidade, da

6. Nota-se nobre pregoeiro, vossa senhoria muito bem destacou que a empresa **LDC TECNOLOGIA LTDA**, **NÃO APRESENTOU** atestados suficientes para comprovar a sua capacidade técnica, atestados esses que vossa senhoria havia destacado o seguinte **"Desta forma, esta unidade técnica sugere o complemento da documentação que comprove a capacitação técnica operacional da licitante, sob risco de não atendimento aos requisitos do Edital"**. Nas palavras do nobre pregoeiro, os atestados de capacidade técnica são solicitados para comprovar que a empresa tenha condições de entregar os equipamentos (dentro dos mínimos quantitativos exigidos e dentro da suficiência e satisfatória exigência do órgão) sem que haja risco ao ente licitante em contratar empresa desprovida de condições, assim sendo, a decisão do nobre pregoeiro

VANGUARDIA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 27.975.551/0001-27 TEL: (61) 3968-9919

Endereço: Setor SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, nº 100, Sala 1201, Parte B, Edifício Centro Empresarial VARIG, Asa Norte, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.714-900

E-mail: vanguarda@vanguardadf.com.br ou licitacao@vanguardadf.com.br



não deve ser outra senão a inabilitação da empresa arrematante por violação as condições editalícias, vejamos:

13.1.3. Documentação relativa à qualificação técnica:

13.1.3.1. A proponente deverá comprovar capacitação técnico-operacional por meio de um ou mais atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, mencionando que forneceu, de forma satisfatória, os produtos e serviços com características semelhantes às do objeto desta licitação;

13.1.3.1.1. A exceção dessa condição de habilitação ocorre nos itens "01 – Microcomputador Core i5, 16 Gb de RAM, SSD 256 Gb com monitor de vídeo 23,8"" e "03 – Notebook", em que os atestados de capacidade técnica deverão contemplar a quantidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos respectivos quantitativos a serem licitados. Serão aceitos um único atestado ou o somatório de vários atestados a fim de atingir o requisito de 50%. Tal habilitação se justifica em virtude do expressivo vulto financeiro envolvido nesses itens, bem como a necessidade de minimizar os riscos oriundos da incapacidade de fornecimento por parte da empresa contratada.

7. As condições editalícias são claras e cristalinas, a empresa participou do certame dando ciência de que apresentou a documentação em total contemplação das exigências do edital.

8. A empresa nada mais merece do que sua total inabilitação ao aludido item, pois a abertura de diligências por vossa senhoria para inclusão dos atestados é uma afronta as condições impostas pelo próprio ente em edital, bem como uma afronta aos princípios que vinculam não só o órgão, mas também o próprio agente condutor do processo, a de se falar também que a conduta é uma afronta a inúmeros dispositivos legais do nosso ordenamento jurídico.

9. Assim sendo destacamos o disposto no item 13.3 do edital, vejamos:

13.3. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seu(s) anexo(s), o(a) Pregoeiro(a) considerará a proponente inabilitada.

VANGUARDIA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 27.975.551/0001-27 TEL: (61) 3968-9919

Endereço: Setor SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, nº 100, Sala 1201, Parte B, Edifício Centro Empresarial VARIG, Asa Norte, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.714-900

E-mail: vanguarda@vanguardadf.com.br ou licitacao@vanguardadf.com.br



10. Como exigências editalícias não foram cumpridas, a **INABILITAÇÃO da empresa deve ocorrer de forma imediata sem que seja aceito a juntada de DOCUMENTOS NOVOS**, sob pena de violação de dispositivo da lei nº 8.666/93, mais precisamente o § 3º do art. 43, vejamos:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

11. Nobre pregoeiro, o dispositivo é claro e cristalino em dizer que é **"vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta"**, ou seja, NÃO PODERÁ SER ADMITIDO A INCLUSÃO DE DOCUMENTOS NOVOS, a fase de "diligenciar" é restrita a VERIFICAÇÃO de documentos para esclarecer dúvidas, não podendo ser admitido de forma alguma a inclusão dos novos documentos, devendo ser prontamente INABILITADA a empresa.

12. Além disso nobre pregoeiro, a empresa deixou de apresentar outros documentos, os quais somente agravam a situação da empresa, pois não apenas descumpriu uma condição editalícia, mas sim, várias.

a) A empresa **não apresentou código/partnumber da extensão de garantia, uma vez na carta do fabricante apresentada consta que a mesma oferece 12 meses de garantia padrão.**

b) Não apresentou o preposto da empresa conforme exigência da carta proposta **"Deverá ser informado também o preposto da empresa, bem como o procedimento para acionar o chamado técnico de garantia."**

c) Não informou URL (via website) do fabricante que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu modelo e número de série;

VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 27.975.551/0001-27 TEL: (61) 3968-9919

Endereço: Setor SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, nº 100, Sala 1201, Parte B, Edifício Centro Empresarial VARIG, Asa Norte, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.714-900

E-mail: vanguardia@vanguardadf.com.br ou licitacao@vanguardadf.com.br



11.9 - E obrigatório haver recurso disponibilizado via website do próprio fabricante (informar uri para comprovação), que faça a validação e verificação da garantia do equipamento através da inserção do seu modelo e número de série;

- d) Não apresentou Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social em conformidade para com as exigências do item 13.1.4.2, vejamos:

13.1.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

- e) Não apresentou a certidão de prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás, conforme estabelece o item 13.1.2.5 do edital, vejamos:

13.1.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás;

- f) Por último, mas não menos importante, a empresa deixou de apresentar as declarações pertinentes aos **ANEXOS II e III do edital, ANEXO II: "MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO"; e ANEXO III: "TERMO DE CIÊNCIA"**.

13. Vossa Senhoria, Ilustre Pregoeiro, bem sabe que ao estabelecer um requisito obrigatório como condição de classificação da proposta ou habilitação da licitante, a Administração fica vinculada a esse requisito, não podendo jamais se desviar do critério de julgamento objeto pré-estabelecido em edital, ainda mais quando estamos falando de critérios desclassificatórios/inabilitatórios, o que se aplica ao presente caso.

14. Todos os licitantes, independente de declaração expressa ou não, ao apresentarem proposta para o certame, declaram ter lido e estarem de acordo com todas as condições de participação, classificação e habilitação estabelecidas em edital, não podendo alegar desconhecimento futuro de qualquer cláusula que seja. Logo, o licitante em comento deve ser

VANGUARDIA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 27.975.551/0001-27 TEL: (61) 3968-9919

Endereço: Setor SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, nº 100, Sala 1201, Parte B, Edifício Centro Empresarial VARIG, Asa Norte, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.714-900

E-mail: vanguarda@vanguardadf.com.br ou licitacao@vanguardadf.com.br



desclassificado/inabilitado, pois tinha plena consciência e conhecimento da obrigatoriedade de apresentar os documentos e DECLARAÇÕES para o presente processo licitatório e os Anexos do edital, e ainda assim não os apresentou, sabendo que seria desclassificado, **pois não houve qualquer impugnação ou pedido de esclarecimento solicitando a retirada dos requisitos ou questionando sua aplicabilidade.**

15. Nesse requisito, antecipando-se a qualquer tentativa leviana de contra-argumentos por parte do Recorrido, em sede de Contrarrazões, no sentido de que deve-se considerar o princípio do formalismo moderado, invocando o disposto nos Subitens do Edital relativo às diligências na tentativa de sanear seus erros, de forma a proceder à apresentação posterior dos aludidos documentos e comprovações, Vossa Senhoria há de concordar:

16. Não haveria cabimento em tal alegação, posto que **a ausência de informações e documentos que deviam constar originalmente na proposta traduz-se em vício insanável por vias de diligência, pois se trata de vício essencial, posto que relacionado à substância da proposta e habilitação, e a jurisprudência dos Tribunais de Contas define o escopo do princípio do formalismo moderado tão somente em relação a vícios formais, os quais são os únicos passíveis de correção por não alterarem a substância do teor das propostas e dos documentos de habilitação.**

17. Portanto, erros substanciais são insanáveis, **já que sua correção levaria a substituição de informações essenciais ou à inclusão posterior de documentos dos quais não se tratam apenas de mera complementação ou esclarecimento.**

Isso posto, tem-se o entendimento de que o a possibilidade de diligências não afasta o licitante tão somente quando o desatendimento das exigências do instrumento convocatório não disser respeito à substancialidade das mesmas. Ocorre que no caso concreto, estamos falando de erros substanciais, que dizem respeito à essência das informações e dos documentos.

18. É o que versa o final do parágrafo 3º, do artigo 43, da Lei nº 8.666/1993 – Lei Geral de Licitações, *in verbis*:

VANGUARDIA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 27.975.551/0001-27 TEL: (61) 3968-9919

Endereço: Setor SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, nº 100, Sala 1201, Parte B, Edifício Centro Empresarial VARIG, Asa Norte, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.714-900

E-mail: vanguarda@vanguardadf.com.br ou licitacao@vanguardadf.com.br



Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**

19. Ademais, há muito que a jurisprudência consolida entendimento remansoso no sentido da vedação de inclusão posterior e intempestiva de documentos que deveriam constar originalmente na proposta e/ou na documentação de habilitação; ilustrativamente, preceitua o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

“RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.955 – RS. RELATOR: MINISTRO BENEDITO GONÇALVES. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. NÃO ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS PREVISTAS EM EDITAL. DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 544): ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ISONOMIA ENTRE OS LICITANTES. O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório. O afastamento dos requisitos estabelecidos no edital privilegia a agravante em detrimento dos demais interessados no certame, ferindo o princípio da isonomia dos concorrentes. (...) **O acolhimento da pretensão da impetrante, que deixou de juntar os documentos exigidos pelo Edital, implica incontroversa fragilização e ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.****

(STJ - REsp: 1563955 RS 2015/0269941-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Publicação: DJ 02/05/2018).”

20. *Data maxima venia*, ilustre Pregoeiro, Vossa Senhoria deve combater a conduta da licitante em comento, já que é seu poder-dever. Ademais, uma vez que o Edital estabelece exigências categóricas, a Administração Pública a elas resta vinculada, dado que elas constituem critérios objetivos de avaliação das propostas e habilitação, não devendo delas se desviar.

21. Ilustre Pregoeiro, Vossa Senhoria há de concordar: não há motivos para prosperar a decisão que declarou arrematante do Lote 22 o aludido licitante.

22. *Data maxima venia*, a não comprovação de atendimento à integralidade das exigências editalícias consubstancia a inaptidão da proposta e dos licitantes em comento, e o manifesto descumprimento do Edital, o que viola a isonomia entre os licitantes.

VANGUARDIA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 27.975.551/0001-27 TEL: (61) 3968-9919

Endereço: Setor SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, nº 100, Sala 1201, Parte B, Edifício Centro Empresarial VARIG, Asa Norte, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.714-900

E-mail: vanguarda@vanguardadf.com.br ou licitacao@vanguardadf.com.br



23. Destaca-se o fato de que todos os procedimentos de natureza administrativa devem obedecer, de forma integral, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e eficiência previstos no artigo 37 da Constituição Federal, *in verbis*:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:”

24. Nessa esteira, eventual adjudicação indevida do Lote 22 em nome do aludido licitante, consolidaria evidente violação às disposições normativas de caráter editalício, legal e principiológico a regerem o presente certame. Outrossim, vejamos o que dizem os artigos 3º, 41, o inciso V do 43 e o 45, todos da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos.”

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;”

“Art. 45. **O julgamento das propostas será objetivo**, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, **os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos**, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.”

VANGUARDIA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 27.975.551/0001-27 TEL: (61) 3968-9919

Endereço: Setor SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, nº 100, Sala 1201, Parte B, Edifício Centro Empresarial VARIG, Asa Norte, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.714-900

E-mail: vanguarda@vanguardadf.com.br ou licitacao@vanguardadf.com.br



25. Além destes, haveria violações, também, ao artigo 2º do Decreto n.º 10.024/19 (o novo regulamento federal do Pregão Eletrônico), que dispõe, *in verbis*:

"Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação."

26. Por ter o aludido licitante deixado de apresentar documentos que deveriam constar originariamente quando da apresentação de sua proposta e habilitação, em evidente descumprimento às exigências editalícias em comento, eventual decisão de adjudicação do Lote 22 em seu benefício, perpetraria feridas de morte às máximas principiológicas licitatórias, mormente as do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade, isonomia e, ainda, da seleção da proposta mais vantajosa.

27. Esse é o entendimento, exaustivamente firmado pelos Tribunais Superiores, mormente o Egrégio Supremo Tribunal Federal, senão vejamos:

"AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 29.992 DISTRITO FEDERAL. RELATOR: MIN. GILMAR MENDES. AGTE.(S) JORGE LUIS RIBEIRO. AGDO.(A/S): CESPE e UNB. **4. O edital é a lei do certame e vincula tanto a Administração Pública quanto os candidatos.** 5. Ausência de argumentos suficientes para infirmar a decisão agravada. 6. Agravo regimental a que se nega provimento."

28. Pertinente colacionar, também, o entendimento do Judiciário:

"EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA – CONCORRÊNCIA – NÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL – PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – AUSÊNCIA DO 'FUMUS BONI IURIS' – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO **1. O princípio da vinculação ao edital impõe que a Administração e os licitantes respeitem as normas estabelecidas no instrumento convocatório, sob pena de nulidade dos atos praticados. 2. Evidenciado que o licitante descumpriu exigências previstas no edital, bem assim que estas não são ilegais ou manifestamente destituídas de razoabilidade, sua desclassificação do certame é medida que se impõe por ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.** 3. Agravo de Instrumento não provido.

(TJMS - AI: 14049893020188120000 MS 1404989-30.2018.8.12.0000, Relator: Des. Alexandre Bastos, Data de Julgamento: 20/03/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/03/2019)."

VANGUARDIA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 27.975.551/0001-27 TEL: (61) 3968-9919

Endereço: Setor SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, nº 100, Sala 1201, Parte B, Edifício Centro Empresarial VARIG, Asa Norte, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.714-900

E-mail: vanguarda@vanguardadf.com.br ou licitacao@vanguardadf.com.br



29. No âmbito dos procedimentos licitatórios, o desrespeito às condições estabelecidas no instrumento editalício e seus correlatos acaba por consubstanciar golpe fatal à máxima principiológica da vinculação ao instrumento convocatório, que, consoante da douta lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro¹:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei n.º 8.666/93m ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital. (...)”

30. Pois bem, sem mais delongas, e firme nas suficientes razões de fato e de direito delineadas *in supra*, aos pedidos.

¹ “Direito Administrativo”, 27ª ed., 2013, pp. 386 e 387.



III. DOS PEDIDOS

Ante as razões expostas *in supra*, a Recorrente roga que Vossa Senhoria reconsidere o *decisum*, de forma a proceder, por via de consequência, à desclassificação e inabilitação do licitante **LDC TECNOLOGIA LTDA**, arrematante do Lote 22 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, de forma que Vossa Senhoria proceda, conseqüente e subsequentemente, ao chamamento do *ranking* de classificação do aludido Item e proceda com a abertura de prazo para verificação da documentação e eventual manifestação de recurso.

Se assim não o fizer, que se digne Vossa Senhoria a encaminhar o presente Recurso Administrativo à Autoridade Superior competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 26 de junho de 2023.

VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA
FELIPE GONÇALVES NOVA DA COSTA
SÓCIO
CPF 029.555.641-25
RG 2673712 SSPDF